

VII REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 20 dezembro 2019

HORA: 9h30

LOCAL: Agência para a Modernização Administrativa (Lisboa, Santa Marta)



PARTICIPANTES

Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

- Sara Carrasqueiro (Vogal do Conselho Diretivo)
- André Vasconcelos (Assessor Conselho Diretivo)
- Bruno Monteiro (Coordenador - LabX)
- Daniel Santos (Designer de Serviços - LabX)
- Carla Outor (Designer Visual - LabX)

Área de Governo da Modernização do Estado e da Administração Pública

- Alexandra Leitão (Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública)
- Luís Miguel Reis (Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública)
- Nádia Dinis (Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública)
- José Borbinha (Gabinete da Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa)

Área de Governo da Presidência

- Sem representação (ausência justificada)

Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)

- Sem representação (ausência injustificada)

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

- Sem representação (ausência justificada)

Autoridade Tributária (AT)

- Hélder Borges Lage (Chefe da Divisão de Organização e Qualidade)

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

- Sem representação (ausência justificada)

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

- Jorge Costa (Vice-Reitor ISCTE/IUL)

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)

- Luís Vidigal (Vogal da Direção)

Provedor de Justiça (PJ)

- Teresa Anjinho (Provedora-Adjunta)

Transparência e Integridade (TI)

- Karina Carvalho (Diretora Executiva)
- Luís Pais Bernardo (Vice-Presidente do Conselho de Jurisdição)



CONTEÚDOS

1. [Receção dos participantes](#)
2. [Abertura](#)
3. [Apresentação do relatório sobre a avaliação independente da participação Portuguesa na OGP](#)
4. [Discussão sobre o IRM](#)
5. [Discussão sobre o progresso dos compromissos inscritos no 1º Plano de Ação](#)
6. [Próximos passos](#)
7. [Encerramento da reunião](#)
8. [Notas adicionais](#)
9. [Pontos de ação](#)
10. [Anexos](#)

TÓPICOS DA AGENDA

1. Receção dos participantes

- Bruno Monteiro, coordenador do LabX, deu uma mensagem de boas-vindas aos participantes destacando que a Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA), para além de ser um espaço de reflexão e debate, é uma plataforma para a transformação, orientada à concretização de medidas concretas - os Compromissos.
Deu nota, igualmente, de que nas condições específicas de um Plano de Ação inaugural, em que se descobrem os desafios enquanto se procede à sua execução, se está agora num momento oportuno para um balanço: fazer um balanço do percurso realizado, com um levantamento de lições e um apuramento de resultados até à data, mas também tomar balanço para o que falta - em termos da concretização passível de ser alcançada e da (auto-)avaliação que deve ser conduzida sobre o I Plano de Ação.
- A CADA informou, já após a hora definida para o início da reunião, que não poderia marcar presença, tendo a reunião prosseguido com as sete entidades presentes – AMA, GMMEAP, GSEIMA, AT, PASC, PJ e TI.

2. Abertura

- A reunião foi aberta por Sara Carrasqueiro, Vogal do Conselho Diretivo da AMA, que deu as boas-vindas aos presentes e falou da rede e da sua coordenação: o papel da AMA como facilitador deste encontro entre Estado e Sociedade Civil, potenciando a interpelação que as organizações da cidadania dirigem ao Estado como fator de desenvolvimento centrado nos cidadãos.
Alertou para a necessidade de monitorizar os compromissos, tendo em vista a execução e garantindo o seu fecho. Destacou a importância de incluir aprendizagens que possam melhorar os futuros Planos de Ação, reforçando que neste ponto, é importante considerar-se o conhecimento e recomendações expostas no relatório sobre a avaliação independente (IRM) da participação Portuguesa na OGP.



- Seguiu-se uma intervenção por Alexandra Leitão, Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, que realçou o empenho da área governativa nesta linha de trabalho. Afirmou a intenção de contribuir para que os compromissos que ainda estão por concluir, sejam concretizados de maneira mais ágil. Partilhou a percepção de que se pode alargar ou reforçar a representação da Sociedade Civil e do próprio Estado. De seguida, cada participante apresentou-se dando-a se conhecer ao restantes.

3. Apresentação do relatório sobre a avaliação independente da participação Portuguesa na OGP

- Depois de um breve enquadramento do OGP, Bruno Monteiro falou do IRM, dando conta de que a participação portuguesa foi avaliada como estando globalmente a cumprir os critérios e, de seguida, apresentou as cinco Recomendações-Chave que constam no relatório:
 - I. Estabelecer mais canais para incorporar sugestões dos cidadãos no processo de cocriação e garantir um feedback fundamentado e oportuno a todos os participantes.
 - II. Promover a paridade de organizações governamentais e não-governamentais no fórum multilateral (RNAA).
 - III. Dar prioridade a compromissos que envolvam o setor da justiça, uma das áreas de administração pública onde a confiança pública é menor
 - IV. Alargar o âmbito dos próximos planos de ação.
 - V. Melhorar o conhecimento do público sobre o processo OGP através dos meios de comunicação convencionais

4. Discussão sobre o IRM

- **Hélder Borges** (AT), iniciou a ronda de comentários ao IRM aproveitando para dar nota de algumas dificuldades enfrentadas na execução do Compromisso pelo qual a AT é responsável (#3 - Divulgação de Informação Fiscal e Aduaneira), tais como:
 - Sobreposição de iniciativas concorrentes ou então similares / sobrepostas (como por exemplo, as medidas do Simplex);
 - Por conseguinte, risco de abrir frentes que dispersem esforços (com dificuldades de resposta e até na priorização dessas intervenções);
 - Responder a urgências, constantemente (o que levou a que as medidas fossem sendo alargadas à medida que o tempo avançava, num alargamento de âmbito que as tornou mais amplas e ambiciosas do que inicialmente previsto).
- **Karina Carvalho** (TI-PT), focando-se na 1ª Recomendação-Chave do IRM, reforçou que é preciso melhorar os mecanismos de consulta pública e participação. Criticou a formalidade dos mecanismos de consulta pública e apontou que isso poderia mudar, capitalizando a capacidade e competências dos membros da rede.



De seguida, referiu, também, a importância da integração de outras organizações da sociedade civil, sugerindo a integração de camada mais jovens (e estudantes) ou de outras organizações que participem e beneficiem de políticas públicas, tais como, associações de moradores e comunidades de migrantes. Na mesma linha, sugeriu que os membros da RNAA fizessem, colaborativamente, o mapeamento de stakeholders e envolvessem apenas os que são mais significativos e relevantes para o mandato da rede. Apontou a limitação enfrentada pelas organizações da sociedade civil, pois estas são chamadas a participar em processos muito formais e estandardizados, o que compromete a qualidade e a integração dos seus contributos.

- Seguiu-se a intervenção de **Luís Vidigal** (PASC), que depois de uma breve apresentação da PASC, apontou que o défice principal desta rede consistia na colaboração interdepartamental dentro do próprio Estado, destacando que os organismos não comunicam uns com os outros, o que conduz à ausência de colaboração transversal.
Acentuou a necessidade de inscrever compromissos relacionados com o combate à corrupção, conforme refere o IRM, designadamente, na 3.ª Recomendação-Chave, reforçando a necessidade de se envolver, no futuro, a Área Governativa da Justiça e do Ambiente na RNAA.
Partilhou uma preocupação sobre o I Plano de Ação, por este estar demasiado alinhado com iniciativas que já estavam em curso e/ou planeadas nos orçamentos das organizações executantes.
Manifestou disponibilidade para planear e realizar a Semana da Administração Aberta
- **Luís Bernardo** (TI-PT), alertou para a questão semântica de palavras como «envolvimento», pois esta pode ser polissémica.
Classificou as recomendações-chave do IRM como difusas e difíceis de discordar, dando o exemplo da 2ª Recomendação-Chave, «paridade», cujo significado não considera, per si, ser esclarecedor.
Em relação à 1ª Recomendação-Chave, «estabelecer mais canais», questionou se a divulgação em canais tradicionais, como os Mass Media, responde às necessidades comunicacionais do OGP. Em alternativa, sugeriu o desenvolvimento de um plano de comunicação direcionado às especificidades da OGP Portugal.
- **Teresa Anjinho** (PJ), apontou que no quadro de transição digital não se tem considerado as reais consequências sobre as pessoas (literacia digital, transparência), que reportam ter dificuldade de acesso e compreensão da informação.
Sugeriu o envolvimento na RNAA de entidades administrativas independentes, como por exemplo a CNPD e a equipa da Transição Digital, da área governativa da Economia.
Sobre a recomendação-chave da paridade entre tipos de organizações, fez uma advertência sobre as dificuldades das ONGs, como a capacidade reduzida de execução e recursos limitados.
Por fim, fez uma alertou para o risco inerente à «privatização da *governance*»: entidades privadas que são contratadas para prestar serviços públicos (*business in human rights*).
- **Karina Carvalho** interveio de seguida, referindo-se à 4ª Recomendação-Chave, apresentando reservas em relação à capacidade da rede de alargar o âmbito nos próximos planos de ação. Afirmou que seria



importante assegurar o envolvimento de mais entidades desde que estas tivessem capacidade de entrega de resultados e disponibilidade para os monitorizar e avaliar.

- No âmbito do registo da transparência, mencionou a [Beneficial Ownership Transparency](#) como exemplo de uma ferramenta política para combater a corrupção.
- Referiu o Registo de Beneficiário Efetivo, por considerar a [iniciativa](#) não está, ainda, a ser implementada.
- A discussão sobre o IRM, foi finalizada com a intervenção da **Sr.ª Ministra**, que partilhou ter tirado as seguintes conclusões:
 - Preocupação com inclusão de transição digital (ou no digital), pois Portugal é um país envelhecido, o que pode explicar a baixa literacia digital, mas não só.
 - Participação – incluindo esse tema na nova abordagem ao Orçamento Participativo de Portugal, focado em temas (transparência, migração, cidadãos com deficiência) e envolvendo os cidadãos nesse processo.
 - Por fim, referiu que, para além do envolvimento da Justiça, se devia consultar o [Conselho de Prevenção da Corrupção](#).

5. Discussão sobre o progresso dos compromissos inscritos no 1º Plano de Ação

a. Compromisso #1 - Gestor de Acessos Públicos - André Vasconcelos (AMA)

- Fez a apresentação sobre a conclusão deste compromisso, que aconteceu no 1º semestre de 2019.
- Afirmou que a evolução da plataforma prevê o alargamento a mais entidades e dados disponíveis.

#1 GESTOR DE ACESSOS PÚBLICOS	
<i>Compromisso concluído com sucesso</i>	
Entidade responsável	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa Agência para a Modernização Administrativa
Objetivo	Desenvolvimento de uma aplicação móvel que permita, aos cidadãos e às empresas, monitorizar o acesso aos seus dados pessoais e empresariais.
Atividades-marco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1. Descrição funcional ✓ 2. App disponível para testes ✓ 3. App nas stores
Resultados	A aplicação pronta para entrar em produção, através de uma parceria feita com uma instituição do setor financeiro. Integra autenticação segura via Chave Móvel Digital, permite ao cidadão gerir pedidos de autorização de acesso por parte de organismos públicos ou privados, incluindo criar, suspender e eliminar autorizações de acesso



b. Compromisso #2 - Semana da Administração Aberta - Luís Vidigal (PASC)

- Defendeu que a Semana da Administração Aberta, foi um sucesso em várias vertentes.
- Sugeriu que para futuros eventos se poderia aproveitar a existência e identificação de áreas temáticas e focos mais concretos, para promover colaboração interdepartamental e transorganizacional entre entidades públicas e representantes da sociedade civil.

#2 SEMANA DA ADMINISTRAÇÃO ABERTA	
<i>Compromisso concluído com sucesso</i>	
Entidade responsável	Plataforma de Associações da Sociedade Civil, Casa da Cidadania, apoiada pela RNAA
Objetivo	Promover o conhecimento e o debate informado sobre exemplos concretos da implementação da agenda de Administração Aberta a nível global e nacional, assim como sobre os princípios gerais da OGP.
Atividades-marco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1. Definir estrutura global da iniciativa, incluindo plano de comunicação e evento ✓ 2. Operacionalizar programa e de outras iniciativas a realizar na Semana de Administração Aberta ✓ 3. Implementar plano de comunicação ✓ 4. Implementar Semana da Administração Aberta
Resultados	<p>No âmbito da Semana da Administração Aberta, realização de dois eventos:</p> <p>1 - Workshop entre representantes da AP e da sociedade civil a 13 de Março em colaboração com a AMA, com 5 mesas temáticas de debate;</p> <p>2 - Tertúlia-debate a 15 de Março sobre “Administração Aberta Implicações para a Luta contra a Corrupção” com a colaboração da TI.</p>

c. Compromisso #3 - Divulgação de Informação Fiscal e Aduaneira - Hélder Borges Lage (AT)

- Referiu que a AT está muito centrada nos canais digitais, devendo dar também atenção a outros perfis de utilizadores que não se encontram diretamente a partir dali.
- Comprometeu-se a colmatar as lacunas identificadas aproveitando o tempo que ainda resta para a conclusão do Compromisso.



#3 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA

Compromisso por concluir

Entidade responsável	Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)
Objetivo	Divulgação, mais ampla e acessível, de informação fiscal e aduaneira relevante para cidadãos e empresas. Avaliar e definir temas de interesse para os cidadãos neste âmbito, bem como facilitar e simplificar o acesso a essa informação
Atividades-marco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 - Desenvolver plano para divulgação da informação disponibilizada pela AT ○ 2 - Implementar plano de divulgação da informação disponibilizada pela AT ○ 3 - Realizar reuniões trimestrais no âmbito da RNAA para avaliar temas/áreas de relevo ○ 4 - Estruturar os <i>outputs</i> das reuniões, identificando até 2 possíveis medidas a inserir no II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta
Sugestão	<i>Identificar os passos necessários para concluir as atividades e dar como cumprido o Compromisso. Avaliar a possibilidade de atividades-marco não executadas por completo neste Compromisso poderem ser incluídas num próximo plano de ação.</i>

Esclareceu que a 2ª reunião não foi realizada e que os *outputs* ainda não foram formalizados.

d. Compromisso #4 - Vídeos Tutoriais sobre a Utilização de Plataformas de Dados Abertos - Jorge Costa (CRUP)

- Relembrou que vídeos ficaram na [plataforma do ISCTE](#) e no [dados.gov](#) ; contudo, fez uma advertência, informando que, à data, havia poucas visitas à página e que era necessário potenciar as formas de a promover.
- De seguida, a sr. Ministra referiu que é necessário resolver os problemas decorrentes da experiência ineficaz dos serviços digitais e de um "recrutamento" de utilizadores que não é inclusivo e amplo.
- Luis Vidigal mencionou a importância de ter dados abertos que esteja atualizados, sendo necessário encorajar as entidades a disponibilizarem os respetivos dados na plataforma dados.gov.

#4 VÍDEOS TUTORIAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMAS DE DADOS ABERTOS

Compromisso concluído com sucesso

Entidade responsável	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
Objetivo	Criação de pequenos vídeos tutoriais sobre a utilização de plataformas de dados abertos, que visa fornecer ao público em geral um conjunto de ferramentas necessárias para usar plataformas de dados abertos através de vídeos tutoriais.
Atividades-marco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1. Definição dos conteúdos e estrutura dos vídeos tutoriais ✓ 2. Promoção prévia dos vídeos ✓ 3. Implementação dos vídeos tutoriais
Resultados	Vídeos tutoriais disponíveis na plataforma de aprendizagem do ISCTE e em dados.gov foi disponibilizada documentação sobre ferramentas para trabalhar e reutilizar grandes quantidades de dados.

e. Compromisso #5 - Organização do Estado Clara

- Face à ausência da DGAEP, responsável pelo desenvolvimento deste compromisso, Daniel Santos (LabX/AMA), referiu que foram reportadas dificuldades de desenvolvimento da plataforma SIOE e de a colocar em produção, o que deveria ter acontecido durante o segundo semestre de 2019.
- Sr.ª Ministra comentou que o SIOE é uma ferramenta essencial para operar mudanças estruturais do Estado, pelo que o apoio suplementar a ser dado, juntamente com um incentivo à DGAEP, podem vir a ajudar a progredir neste Compromisso.
- Luis Vidigal referiu que o principal desafio enfrentado pelo SIOE será a atualização da informação. Sugeriu que seria útil colocar a Sociedade Civil a escrutinar estes sistemas.



#5 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CLARA

Compromisso por concluir

Entidade responsável	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
Objetivo	Reformulação do Sistema de Informação de Organização do Estado, desenvolvendo um interface que permita ao cidadão comum compreender e “navegar “ no universo global de entidades do Estado, nas suas diversas formas institucionais.
Atividades-marco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 - Melhoria do interface do SIOE ○ 2 - Lançamento da nova versão do SIOE
Sugestão	<i>Necessidade de articulação com a DGAEP para identificar os passos necessários para a disponibilização do novo site público do SIOE (atividade que falta concluir para dar como cumprido o Compromisso).</i>

f. Compromisso #6 - CONSULTA.LEX

- Face à ausência da SEPCM, Daniel Santos, mencionou que o portal tinha sido lançado à data prevista e que se encontrava completamente operacional.

#6 CONSULTA.LEX



Compromisso concluído com sucesso

Entidade responsável	Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
Objetivo	Criação de um portal de consultas públicas legislativas, permitindo aos cidadãos a participação no processo legislativo, mediante a submissão de comentários e sugestões sobre o projeto de diploma, e o acompanhamento, de forma permanente, do processo legislativo, desde a elaboração do diploma até à sua aprovação final.
Atividades-marco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1. Definição dos requisitos e estrutura do Portal ✓ 2. Desenvolvimento tecnológico da Plataforma ✓ 3. Lançamento do Portal
Resultados	A reformulação do portal das Consultas Públicas (que já existia), tornou este processo mais intuitivo, operacional e próximo dos cidadãos, aproximando-os do processo legislativo, o qual, desta forma, se torna mais transparente e eficaz.

* Considerado pelo IRM como um compromisso estrela, ie, compromisso potencialmente transformador



g. Compromisso #7 - Implementação e Monitorização do Regime de Acesso à Informação Administrativa E Ambiental - Karina Carvalho (TI-PT)

- Karina Carvalho expôs os desafios no desenvolvimento das atividades-marco deste compromisso, que apresentaram apenas progresso marginal. Por exemplo, apesar da nomeação de Responsáveis de Acesso à Informação (RAI) por parte das entidades públicas estar previstos por lei, na prática, a nomeação de RAIs não se verifica na generalidade da AP.
- Sugeriu um maior envolvimento político para garantir que este compromisso é concretizado.
 - NOTA: A TI-PT compilou um [breve relatório](#) com comentários sobre este compromisso.

#7 IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO REGIME DE ACESSO À INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E AMBIENTAL Compromisso por concluir

Entidade responsável: Rede Nacional de Administração Aberta (sem grupo de trabalho formalmente definido)

Objetivo: Robustecimento do regime de acesso à informação administrativa e ambiental, plasmado na Lei 26/2016, de 22 de agosto, com vista a fomentar o acesso e a reutilização de dados administrativos produzidos pelo setor público.

Atividades-marco

- 1 - Identificação do RAI no website de todas as entidades públicas, ou publicação de lista no dados.gov
- 2 - Publicitação das tipologias de dados produzidos por cada entidade pública no dados.gov
- 3 - Disponibilização de metadados associados a cada documento
- 4 - Disponibilização de informação sobre boas práticas no âmbito do acesso à informação

Medida de contingência sugerida: O compromisso apresenta apenas um progresso marginal. Avaliar a possibilidade das suas atividades-marco poderem ser incluídas num próximo plano de ação, criando condições viáveis para a sua realização, com responsáveis e atribuições claramente definidas e indicadores a usar para monitorizar o seu progresso.

h. Compromisso #8 - Reforço da Transparência na Contratação Pública - Luís Bernardo (TI-PT)

- Luís Bernardo começou por salientar a necessidade de assegurar o envolvimento do IMPIC, dada a sua relevância em tudo o que está relacionado com a área de contratação pública.
- Em relação à 3ª atividade-macro deste compromisso, destacou o portal Vortal como o único que disponibiliza os dados a terceiros, sem que estes tenham que ser adjudicantes ou adjudicatários, contribuindo desta forma para uma maior transparência.
- Em relação ao E-Procurement, advertiu que este fragmenta e dificulta o acesso à informação, muitas vezes bloqueadas por «paywalls», tornando mais difícil o trabalho de quem quer consultar informação agregada, resultando na falta de transparência e na criação de assimetrias no acesso e leitura da informação.
- Partilhou os desafios que experimentou quando tentou descarregar o conjunto de dados abertos relativos aos contratos públicos do portal BASE, disponibilizados pelo IMPIC na plataforma Dados.Gov, no formato Open Contracting Data Standard (OCDS), pois o [ficheiro](#) está inválido.



- Alertou que, à data, o Relatório Anual de Contratação Pública, relativo ao ano de 2018, ainda não tinha sido publicado - publicação que ocorreu entretanto e pode ser consultado [aqui](#).
- Partilhou ainda a estranheza por não haver um sistema de gestão comum a toda a Administração Pública que tratasse das questões relacionadas com a contratação pública.
 - NOTA: A TI-PT compilou um [breve relatório](#) com comentários sobre este compromisso.

#8 REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ★

Compromisso por concluir

Entidade responsável: Rede Nacional de Administração Aberta (sem grupo de trabalho formalmente definido)

Objetivo: Reforço da transparência na contratação pública, promovendo: a publicação de dados abertos sobre todo o ciclo de contratação pública; a livre concorrência e competitividade; o desenvolvimento e implementação de mecanismos de monitorização cívica.

Atividades-marco

- ✓ 1 - Implementação dos *Open Contracting Data Standards* no Portal BASE
- 2 - Tornar todos os contratos abertos por padrão e públicos através da sua disponibilização no Portal BASE
- 3 - Tornar as plataformas de *eprocurement* potenciadoras da livre concorrência e da competitividade
- 4 - Publicação de todas as peças procedimentais relativas aos contratos firmados por Ajuste Direto
- ✓ 5 - Desenvolver e aplicar ferramentas para estimular a participação cívica e monitorização cívica

Sugestão: **Avaliar a possibilidade das atividades-marco não executadas por completo neste Compromisso poderem ser incluídas num próximo plano de ação, definindo âmbitos concretos, com responsáveis e atribuições claras, estabelecendo os objetivos a atingir e que indicadores usar para monitorizar o seu progresso.**

* Considerado pelo IRM como um compromisso potencialmente estrela

6. Próximos passos

a. Preparação do 2º plano

- Bruno Monteiro partilhou com os presentes o cronograma com os próximos passos, nomeadamente, propondo que a VIII Reunião da RNAA se realizasse em fevereiro (em data a confirmar) e convidando a rede a refletir sobre formas de potenciar os compromissos.

Mencionou, também, a importância de arrancar os trabalhos de preparação do II Plano.

Por fim, partilhou que para a Semana da Administração Aberta deste ano, o desafio lançado à comunidade global da OGP é aumentar o impacto do governo aberto por meio de iniciativas que combatam a corrupção, protejam o espaço cívico e garantam a inclusão de vozes sub-representadas.

- A Sr.ª Ministra interveio de seguida, sugerindo que os membros da Rede pensassem em propostas de medidas e em possíveis novos membros para o II Plano e trazer essas propostas para a próxima reunião.
- Por fim, Luís Bernardo, acrescentou que era bastante relevante usar-se a capacidade instalada e competências da JurisAP (antiga SEJUR)



7. Encerramento da reunião

A reunião foi encerrada, tendo os presentes concordado em realizar a VIII reunião da Rede em fevereiro, no dia, hora e local a propor posteriormente por convocatória da AMA.

8. Notas adicionais

Nada a referir.

9. Pontos de Ação

Itens de ação	Responsáveis	Prazo	Estado
Circular Ata da presente reunião entre todos os membros, para aprovação	AMA	1ª quin. JAN20	Em curso
Partilhar documentação [apresentada na Reunião] no Google Drive da Rede	AMA	1ª quin. JAN20	Em curso
Atualizar, no sítio da OGP Portugal, a informação, aprovada durante a VII Reunião, relativa ao progresso dos compromissos	AMA	1ª quin. JAN20	Em curso
Partilhar ordem de trabalhos para próxima reunião	AMA	2ª quin. JAN20	Em curso
Agendar a VIII Reunião da RNAA	AMA	2ª quin. JAN20	Em curso
Compromisso #3: 1. Promover reunião de trabalho AMA+ AT 2. Formalizar um plano para a divulgação 3. Identificar as medidas do plano que irão ser implementadas até ao final do I Plano de Ação (AGO2020) 4. Convocar nova reunião trimestral 5. Identificar outputs concretas a serem inscritos no II Plano	AT	1ª quin. FEV20	Em curso
Compromisso #5 – promover reunião de trabalho AMA+DGAEP para avaliar estado do SIOE	AMA+DGAEP	1ª quin. FEV20	Em curso
Compromisso #7 – promover reunião de trabalho AMA+CADA+TI	AMA+CADA+TI	1ª quin. FEV20	Em curso
Compromisso #8 1. Promover reunião de trabalho AMA+TI+IMPIC 2. Solicitar IMPIC para corrigir ficheiro inválido em dados.gov	AMA+TI+IMPIC	1ª quin. FEV20	Em curso

10. Anexos

Aceder à apresentação em formato PDF, [aqui](#).

